
Imprensa Alternativa e Contracultura: A Mediação Social do Pasquim na Ditadura Militar¹

Jozieli CARDENAL²

Faculdade de Pato Branco (FADEP), Pato Branco, PR

RESUMO

Este artigo propõe uma retomada e reflexão sobre a atuação da imprensa alternativa no Brasil, especialmente no que refere-se à manifestação do movimento de contracultura na imprensa brasileira durante a ditadura militar na década de 1960. O presente resgate histórico torna-se relevante na atualidade, uma vez que o reconhecimento à atuação desses periódicos recorda um momento social de expressiva produção midiática, cuja memória deve ser preservada. Sendo assim, apresenta-se a censura como porta-voz para a criatividade das produções contraculturais, que visavam burlar o sistema ditatorial. Ao refletir sobre esse momento histórico, observa-se nuances não somente da prática jornalística e dos meios de comunicação alternativos, mas também é possível reconhecer características da sociedade. Para tanto, este estudo possui, como objeto de análise, a trajetória do jornal alternativo O Pasquim.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; História da Imprensa; Contracultura; Imprensa Alternativa; O Pasquim.

1 Introdução

A imprensa é um dos principais meios de expressão cultural de uma época. Através de jornais e revistas, é possível entrever os caminhos percorridos por toda uma geração, bem como compreender a própria historicidade dos meios de comunicação de um país. Para tanto, é preciso considerar a relação entre prática jornalística, aspectos sociais, culturais, políticos e o contexto histórico em que esses fatores estão inseridos.

No Brasil, é possível elencar, de maneira breve, dois tipos de imprensa: aquela que transmite a cultura de massa, por vezes de forma homogênea; e outra, que vai na contramão da primeira, voltando-se a temas de cunho crítico, social e político – cuja expressão e adesão atinge uma parcela mais restrita da comunidade, cativada pelo desejo de mudanças estruturais. Eis a chamada imprensa alternativa que, independente

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 20 a 22 de junho de 2019.

² Jornalista, Profa. Ma. do curso de Comunicação Social – Habilitação em Publicidade e Propaganda da Faculdade de Pato Branco (FADEP), e-mail: jozieli@fadep.br.

da época, surge quando a mídia massificada – pertencente à elite dominante – não supre as mudanças almejadas na estrutura vigente da sociedade (CAPARELLI, 1986). Essa imprensa com viés contrário à cultura dominante de massa ganhou o eixo Rio - São Paulo, sendo a principal mediadora da contracultura diante dos costumes, da economia e, sobretudo, da oposição à ditadura civil e militar instaurada no Brasil entre 1964 e 1985. Nesse período, intensas ações repressivas foram cometidas pelo governo fardado contra a imprensa, sobretudo a partir de 13 de dezembro de 1968, data de edição do Ato Institucional Número 5 (AI-5).

Contudo, o jornalismo alternativo encontrou no humor uma maneira de popularizar o senso crítico da sociedade durante o regime ditatorial – e, principalmente, disseminar a contracultura. De acordo com Oliveira (2007, p.60), a “resistência contra-hegemônica pelos meios de comunicação, geradora de um imaginário social radical, foi um dos aspectos fundamentais do amplo fenômeno descrito como contracultura”. A partir de Denipoti (2009), é possível considerar nesse contexto a existência de uma ideia de construção cultural, ou seja, uma expectativa de realidade produzida pelos indivíduos ligados à imprensa alternativa que, unidos, integrariam um movimento social contra a postura política vigente no país. Além disso, as diferentes interpretações quanto ao regime militar, esferas contrárias e favoráveis, são conduzidas pelas diferentes representações de um mesmo contexto histórico e social.

A partir de 1968, questões ligadas ao posicionamento político e cultural passaram a ser cada vez mais evidenciadas na sociedade, principalmente pela juventude. Era um processo de reestruturação social, onde o senso crítico e idealista tomou conta das ruas e teve na imprensa alternativa uma porta voz da contracultura. Foi no cenário de uma sociedade conservadora e ao mesmo tempo em processo de transformação, a qual presenciava a tensão e o autoritarismo de um regime ditatorial, que surgiu O Pasquim.

De início, é importante frisar que O Pasquim, jornal que foi criado inicialmente para criticar os costumes de uma sociedade conservadora e complacente, também retratou a opressão do regime militar à sociedade e à imprensa, através de ilustrações reflexivas, que abordavam temáticas debatidas, até então, somente por movimentos sociais de resistência política. Como resultado, o semanário modificou o formato da produção jornalística nas décadas de 1960 e 1970.

Assim, objetiva-se analisar a concepção histórica e cultural da imprensa alternativa durante a ditadura militar e, através da abordagem da contracultura, nas páginas críticas e humoradas do Pasquim, retratar a história social desse período e o anseio por liberdade de expressão e liberdade social.

2 A Essência do Pasquim

Com edição semanal, o primeiro exemplar de O Pasquim foi às ruas em junho de 1969³, mostrando a que vinha. Falava de costumes, de futebol, de atrizes bonitas, de história e, sobretudo, falava de política. Em destaque na capa da primeira edição (IMAGEM A), estava o jornalista Ibrahim Sued, que na entrevista sugeriu que o próximo general a governar o Brasil seria Emílio Garrastazu Médici⁴ – o que se concretizou poucos meses depois, em outubro daquele mesmo ano.



IMAGEM A – Capa da primeira edição do Pasquim.
Fonte: JAGUAR, 2006, p.06.

Como que num prelúdio de que o futuro reservava tempos difíceis para a liberdade de imprensa no Brasil, na epígrafe do Pasquim de número 1, estava escrito: “Aos amigos, tudo; aos inimigos, justiça” (JAGUAR, 2006, p.06). Na apresentação disposta na primeira capa do jornal, a equipe adiantava à sociedade, com franqueza e ironia, o que estava por vir:

³ O Pasquim durou 22 anos e foi considerado “a Lei Áurea da imprensa”, conforme Chinem (1995).

⁴ Médici foi presidente do Brasil de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974.

O PASQUIM surge com duas vantagens: é um semanário com autocrítica, planejado e executado só por jornalistas que se consideram geniais e que, como os donos dos jornais não reconhecem tal fato em termos financeiros, resolveram ser empresários. É também um semanário definido – a favor dos leitores e anunciantes, embora não seja tão radical quanto o antigo PSD. Até agora O PASQUIM vai muito bem – pois conseguimos um prazo de trinta dias para pagar as faturas. Este primeiro número é dedicado à memória do nosso Sérgio Porto, que hoje deveria estar aqui conosco. No mais, divirtam-se – enquanto é tempo e não chega o número dois. (JAGUAR, 2006, p.06)

Tendo como característica principal o humor na expressão da contracultura, a primeira edição também trouxe um artigo de Millôr Fernandes, que questionava a “independência” política e financeira proposta pelos jornais da grande massa, bem como pelos jornais alternativos; estes, por sua vez, considerados independentes por não estarem relacionados a grande imprensa e a grupos da extrema direita. Com o título “Independência, é? Vocês me matam de rir”, Millôr compartilhou pressões que sofreu por ser (ou tentar ser) independente no decorrer da carreira, mencionando sua trajetória em veículos como o “O Globo”, o “Tribuna da Imprensa” e jornais alternativos como o Pif-Paf. Conforme argumentou Millôr, “[...] se esta revista for mesmo independente não dura três meses. Se durar três meses não é independente. Longa vida a esta revista!” (FERNANDES, *apud* JAGUAR, 2006, p.17). Millôr referia-se ao destino prévio de tantos outros jornais alternativos e independentes surgiram desde 1964, a partir do regime ditatorial.

No mesmo texto, Millôr também alertou os fundadores do Pasquim sobre as prisões e perseguições àqueles que se propusessem a demonstrar algum tipo de resistência ao regime militar. O alerta está no último parágrafo da carta, na sugestiva frase: “[...] nós, os humoristas, temos bastante importância pra ser presos e nenhuma pra ser soltos” (FERNANDES, *apud* JAGUAR, 2006, p.17). Com esse humor diante questões políticas e sociais, cinco meses depois da primeira edição de O Pasquim ir às bancas, o jornal alcançou a marca de 100 mil exemplares por semana. Em menos de um ano, atingia a marca de 220 mil exemplares vendidos em várias cidades do Brasil (CHINEM, 1995), alcançando, inclusive, “ampla leitura entre jovens e adolescentes nas grandes cidades do interior” (KUCINSKI, 2001, p.13).

A redação do jornal virou ponto de encontro e de trabalho de artistas e intelectuais que viriam a ser referência nacional. A equipe do Pasquim era composta por Jaguar, Tarso de Castro, Sérgio Cabral, Claudius, Millôr Fernandes, Fortuna,

Ziraldo e Luiz Carlos Maciel. A colaboração contava com apoio de nomes como Ruy Castro, Fausto Wolff, Chico Buarque, Carlos Leoman, Henfil, Sergio Augusto, Ivan Lessa, Paulo Francis, Cacá Diegues, Sérgio Noronha, Vinicius de Moraes, Glauber Rocha, entre outros. Eram jornalistas, cartunistas, cineastas, músicos e escritores que, em virtude da liberdade interna que caracterizava o jornal, empregavam em artigos e charges a visão pessoal sobre assuntos ligados à “política, filosofia, economia, costumes, artes, espetáculos, entre outros” (CAPELLARI, 2007, p.88). Essa característica instigava o senso crítico dos leitores, aproximando-os do jornal, pois:

A subjetividade, ao invés de ser subsumida e camuflada por uma pretensa neutralidade jornalística, era realçada, tornando as opiniões de um, inclusive as que se contradizem, visíveis aos leitores, estimulando-os a confrontar as posições e, deste modo, a formar sua própria opinião. (CAPELLARI, 2007, p.86)

Embora o Pasquim retratasse o Rio de Janeiro, conseguia abordar e assimilar o momento social e político em que o país passava, atraindo leitores de outros estados brasileiros. Conforme Braga (1991):

[...] fazer humor, e de utilizar o charme de Ipanema, bairro que reúne na época o maior número de intelectuais e artistas do Rio de Janeiro – músicos, atores, desenhistas, autores teatrais, escritores. A cidade deixara, em 1960, de ser a capital federal, mas era ainda o centro cultural e boêmio do país [...] Este era o filão a ser explorado pelo jornal: traduzir um da *non chalance* artística do bairro, e também da fossa consequente aos últimos acontecimentos políticos. (BRAGA, 1991, p.24)

Contudo, a contestação, a busca pela liberdade, as diretrizes contraculturais, surgiram gradativamente e, por vezes, se tornaram presentes no Pasquim de maneira subjetiva – a crítica quase sempre surgia atrás do humor e da ironia. Nesse sentido, como enfatiza Chinem (1995), nas primeiras edições o Pasquim não era um jornal com abordagem política. Era apenas um jornal debochado “[...] que não suportava mais ver os outros jornais como a primeira página do Jornal do Brasil, cheia de insinuações, legendas e o censor dentro da redação” (CHINEM, 1995, p.43).

Mas com o passar do tempo o jornal inseriu questões políticas ao conteúdo que unia humor e seriedade na produção de textos de cunho pessoal que, no decorrer das linhas, traziam contestação política e social, agregando resistência aos padrões culturais que até então conduziam os costumes da sociedade conservadora, como esclarece Jaguar (2006):

[...] quando o primeiro exemplar chegou às bancas, os generais haviam “legalizado” a ditadura com o AI-5 e a censura apertara as cravelhas nas redações menos dóceis ao novo regime. O *Pasquim* não pagou barato pela

audácia de nascer já “do contra” (sobretudo contra as babaquices da média) e “livre como um taxi”, “equilibrado como um pingente”, incômodo como “um folião num velório”. E ainda que nos primeiros tempos fosse mais folgazão, gozador, festivo (expressão “esquerda festiva” foi inventada por um de seus colaboradores, Carlos Leonam) e atento a questões de comportamento, aos poucos deixou-se contaminar pelo inevitável: a indignação política. Sem, contudo, abrir mão do velho preceito de Horácio (reciclado por Jean de Santeuil): o riso é a melhor arma contra todas as imposturas. (JAGUAR, 2006, p. 09, grifo do autor)

O Pasquim assumiu forte representação perante aos demais jornais alternativos da época. Um dos fatores foi a regularidade das edições e as grandes tiragens. O que, segundo Capellari (2007, p.10), contribuiu para influenciar “mudanças comportamentais no país, principalmente entre os jovens”. Deste modo, parafraseando Kucinski (2001, p.15), o Pasquim “[...] instituiu o culto da cultura underground norte-americana, e ainda detonou um movimento próprio de contracultura, transformando a linguagem do jornalismo e da publicidade e até a linguagem coloquial”.

Mas, para compreender a proposta do O Pasquim, é preciso retomar brevemente o contexto histórico e cultural em que o jornal foi desenvolvido, bem como conhecer a chamada “imprensa alternativa”; prática jornalística geralmente relacionada a momentos de conflito político-social.

3 Imprensa Alternativa no Brasil

Uma das primeiras manifestações da imprensa alternativa no país foi através do jornal *A Manhã*, de 1926. Mas o periódico gaúcho, que também tinha o humor como forte característica na descrição de fatos políticos, sofreu represálias e até fechou as portas durante a ditadura do Estado Novo.⁵ Mais tarde, durante a ditadura militar iniciada em 1964, os jornais alternativos ganharam forte impulso. Isso porque na medida em que o regime ditatorial avançava, coibindo a sociedade civil e banalizando a prática jornalística, aumentava a vontade de contestar o regime político do país, seguido pelo desejo de disseminar a resistência diante das questões ligadas ao comportamento da sociedade, através do movimento de contracultura.

Nesse contexto político e social, “os jornais alternativos se constituíram não em meros símbolos de resistência da sociedade civil ao autoritarismo, ou expressão de um

⁵ Segundo Caparelli (1986), o jornal *A Manhã*, do gaúcho Aparício Torelli, o Barão de Itararé, chegou a atingir 125 mil exemplares por edição.

movimento ou uma articulação de resistência: eles eram a própria resistência” Kucinski (KUCINSKI, 2001, p.52). Mas a tensão e a censura também atingiam a grande imprensa – que para não sofrer represálias, favorecia as classes dominantes. Em vez de desestimular a criação de jornais independentes, o cenário impulsionava o senso crítico do jornalismo alternativo, que buscava a liberdade de expressão. Estima-se que entre 1964 e 1980, 150 periódicos alternativos foram criados no eixo Rio - São Paulo⁶. Desses, três impulsionaram o renascimento e a solidificação da imprensa alternativa no período ditatorial, foram eles: Pif-Paf, O Pasquim e Movimento.

Assim, o viés contracultural na imprensa alternativa estava na chamada “contrainformação”, na tentativa de diversificar o jornalismo e contrapor a grande imprensa, que embora também fosse prejudicada pela censura e pelo autoritarismo militar, visava o interesse mercadológico, não ideológico e crítico. De acordo com Oliveira (2007):

[...] parte do impulso para a abertura de canais de contrainformação foi apresentado justamente pela radicalização da lógica capitalista nos veículos de maior porte. Tal radicalização traduzia-se em escolhas temáticas bem feitas ao poder hegemônico, com pouco ou nenhum espaço para a expressão intelectual dos jornalistas de tendência à esquerda e/ou com preocupações progressistas ou humanísticas. (OLIVEIRA, 2007, p.47)

Além disso, o posicionamento avesso em relação aos grandes jornais também resultou uma “subcultura” na imprensa brasileira, onde era possível distinguir jornalistas e intelectuais pelo posicionamento contestatório, pela “propensão ao ativismo, pela sua intransigência intelectual e, em certa medida moral, pela afinidade com os motivos ideológicos que moviam os ativistas políticos” (KUCINSKI, 2001, p.20).

Grande parte dos jornais da imprensa alternativa tinha como característica o uso do formato tablóide, o que resultou a denominação “imprensa nanica”, para definir o gênero. Mas, segundo Kucinski (2001), o termo também possuía um sentido conotativo, de crítica a realidade vigente, pois “ênfatizava uma pequenez atribuída pelo sistema a partir de sua escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa” (KUCINSKI, 2001, p.05). Kucinski (2001) ainda elenca quatro características essenciais da imprensa alternativa, enquanto:

[...] algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o

⁶ Dados retirados do estudo “Imprensa alternativa: apogeu, queda e novos caminhos”, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005.

do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam. (KUCINSKI, 2001, p.05)

Mas se a adesão à imprensa alternativa era grande, se os periódicos se multiplicavam, o fechamento e interrupção das atividades do segmento vinham em escala muito maior. Os jornais alternativos permaneciam pouco tempo em circulação, duravam poucos meses; não tinham estrutura financeira para se manter e, sobretudo, não aguentavam a pressão das represálias e a censura (CHINEM, 1995). Vários veículos populares tiveram suas portas fechadas, principalmente após a instituição do AI-5⁷. Saíram de circulação jornais significativos, como O Binômio, O Semanário, Novos Rumos, O Panfleto e Brasil Urgente⁸. Conforme complementa Kucinski (2001):

Do universo levantado de cerca de 150 jornais, um em cada dois não chegava a completar um ano de existência. Vários ficaram apenas nos primeiros dois ou três números. E foram muitos os que, como AMANHÃ, PIF-PAF e INFORMAÇÃO, exerceram influência decisiva nos campos da política e do jornalismo em apenas meia dúzia de edições. Apenas cerca de 25 jornais, nascidos de articulações mais densas, tiveram vida relativamente longa, de até cinco anos. Mas, apesar da grande variedade de propostas editoriais, soluções estéticas e diversidade temática, regional e ideológica, nenhum deles sobreviveu com seus traços originais ao regime autoritário que combateram e sob o qual nasceram. (KUCINSKI, 2001, p.12)

Todavia, a imprensa alternativa visava contrastar a complacência dos veículos da grande imprensa em relação à ditadura militar. Assim, os jornais alternativos “cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico” (KUCINSKI, 2001, p.12). O governo, em contrapartida, interpelava os jornais alternativos, embasado na Doutrina de Segurança Nacional. Os jornais mais importantes e atuantes do gênero eram identificados como inimigos do Estado que, por sua vez, alegava que essa corrente tinha como ideal isolar o governo e difundir o marxismo. Como resultado, esses jornais (e seus jornalistas) eram alvo de ações de censura, atentados e prisões. Neste sentido, Kucinski (2001) pontua algumas situações desencadeadas pelo regime militar contra essa imprensa:

Editores d’O PASQUIM permaneceram encarcerados por dois meses logo após o AI-5. Editores de RESISTÊNCIA, COOJORNAL, OPINIÃO, foram presos em ocasiões diversas. Algumas edições eram apreendidas, mesmo depois de filtradas pela censura prévia. A partir do projeto de distensão política do governo Geisel (1974-1978), combatido pela linha-dura militar, os jornais

⁷ Ato Institucional Número 5 (AI-5), criado em 13 de dezembro de 1968, resultante de uma série de Atos Institucionais editados e decretados a partir de 1965, no governo do então presidente Humberto Castelo Branco.

⁸ Informações presentes no estudo “Imprensa alternativa: apogeu, queda e novos caminhos”, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005, p.03.

alternativos tornaram-se o pivô das lutas intestinas do regime. Após as greves do ABC e da campanha pela Anistia, entre 1978 e 1980, quando a articulação na sociedade civil atingiu um novo patamar, a imprensa alternativa esteve entre os alvos principais da tentativa da linha dura de romper os nódulos dessa articulação por métodos terroristas. (KUCINSKI, 2001, p.05)

Para Kucinski (2001), O Pasquim surgiu em uma das fases mais ricas da imprensa alternativa. Não demorou muito para atingir circulação nacional, juntamente com o jornal Opinião – os dois periódicos foram os primeiros veículos da imprensa alternativa a alcançar esse feito. Mas a época instigava, pois foi considerada como:

[...] o tempo das grandes passeatas estudantis, do maio de 68 na França, dos protestos contra a guerra do Vietnã. As lutas no espaço público forçam a retomada do jornalismo crítico pela grande imprensa, desaparecendo o impulso jornalístico vital para a criação de jornais alternativos. Foi depois do refluxo dessas manifestações, da *debacle* da luta armada e ausência de perspectivas, a partir de meados de 1969, que se juntaram em grande número os protagonistas da imprensa alternativa. (KUCINSKI, 2001, p.19)

Durante a ditadura militar brasileira, houve duas categorias de jornais alternativos. Uma compreendia periódicos com posicionamento político, inspirados em ideais populares e nacionais culminados na década de 1950 e também por correntes marxistas disseminadas pelos movimentos estudantis na década de 1960. Da outra classe integravam jornais com raízes norte-americanas, adeptos ao movimento de contracultura e das concepções anarquistas e existencialistas, como as difundidas por Jean Paul Sartre.

Segundo Kucinski (2001, p.06), esses jornais eram “[...] voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural, investiam principalmente contra o autoritarismo na esfera dos costumes e o moralismo hipócrita da classe média”. Assim, ao considerar a tipologização proposta por Kucinski (2001), evidencia-se a condição da imprensa alternativa enquanto mediadora de nuances pertinentes a movimentos de engajamento social, como a contracultura.

4 O Pasquim e a Contracultura no Brasil

O apogeu da produção do Pasquim galgada no senso libertário foi entre os anos de 1969 e 1971, em virtude da tensão ditatorial instaurada na sociedade brasileira, sobretudo na imprensa durante o governo Médici, iniciado durante primeira fase do AI-5. Nesse período, o jornal passou a ser alvo de represálias e, assim sendo, a linha

editorial do periódico intensificou a produção contracultural. Com humor, artigos e charges criticavam a censura, a o comodismo da população e chamavam atenção para a liberdade social, cultural e de imprensa.

Considerando que a imprensa alternativa é reconhecida mundialmente pela relação com movimentos sociais – bem como pela mediação de conteúdos não divulgados pela imprensa convencional (CAPARELLI, 1986) – ao se opor a ditadura militar e dar espaço a discussões que não integravam as páginas dos veículos de massa, o Pasquim assumiu uma postura contracultural. Com isso, as nuances do jornal atingiram a política e a sociedade civil de maneira geral. Bernardo Kucinski (2001) descreve o engajamento contracultural do Pasquim, frisando que:

O PASQUIM, ao lado de suas raízes no nacional-popular, instituiu o culto da cultura norte-americana, e ainda detonou um movimento próprio de contracultura, transformando as linguagens do jornalismo e da publicidade, e até a linguagem coloquial. O PASQUIM mudou hábitos e valores, empolgando jovens e adolescentes nos anos de 1970, em especial nas cidades interioranas que haviam florescido durante e o milagre econômico, encapsuladas numa moral provinciana. (KUCISNKI, 2001, p.06)

Em 1969, o termo “contracultura” ainda era desconhecido no país. Ao ser culminado na imprensa e, sobretudo, nas ruas, mudou e rompeu padrões vigentes na sociedade brasileira naquele ano, conforme retrata Carlos Alberto Pereira (1986):

Aos poucos, os meios de comunicação de massa começavam a veicular um termo novo, contracultura. Inicialmente, o fenômeno é caracterizado por seus sinais mais evidentes: cabelos compridos, roupas coloridas, misticismo, um tipo de música, drogas e assim por diante. Um conjunto de hábitos que, aos olhos das famílias de classe média, tão ciosas de seu projeto de ascensão social, parecia no mínimo um despropósito, um absurdo mesmo. Rapidamente, no entanto, começa a ficar mais claro que aquele conjunto de manifestações culturais novas não se limitava a essas marcas superficiais. Ao contrário, significava também novas maneiras de pensar, modos diferentes de encarar e de se relacionar com o mundo e com as pessoas. Enfim, um outro universo de significados e valores, com suas regras próprias. (PEREIRA, 1986, p. 08)

Iniciado nos Estados Unidos, o chamado “movimento da contracultura”, também conhecido como “cultura do *underground*”, foi disseminado pela imprensa, pela música, pela literatura e pelo cinema. Como resultado, atraiu a juventude de vários países. A efervescência cultural, industrial e política do final da década de 1960, ambientou o processo de formação ideológica dos jovens da época; que queriam mudança, buscavam liberdade e o rompimento dos padrões conservadores. Assim sendo, nos EUA, na Europa e na América Latina, a juventude se tornou porta-voz do engajamento proposto

pelo movimento de contracultura. Conforme salienta Capellari (2007), a contracultura se posicionava contra o autoritarismo.

As novas gerações queriam a alteração do *status quo* (CAPELLARI, 2007). No Brasil, diante ao período de conflito político e ideológico por qual o país passou em 1969, a juventude também foi a principal encorajadora da proposta contracultural. No estudo “Contracultura, mídias e tropicalismo”, ao abordar a relação da contracultura com a música brasileira, Juarez Silva Barbosa ressalta a influência da cultura norte-americana na busca da juventude pela resistência social e política no Brasil, bem como a disseminação dos costumes *hippies* no país. Os *hippies* visavam uma sociedade positiva, às margens da sociedade afluenta, com princípios baseados no amor; ideais que acabaram atraindo jovens que almejavam alguma forma de libertação, bem como algum tipo de ruptura nas artes, como ocorreu na música brasileira através do movimento tropicalista. Esse movimentado foi resultado de três fenômenos que compunham o tecido social brasileiro: a ditadura militar, a contracultura e o rock (CAPELLARI, 2007).

Nesse processo, contrapor a cultura vigente e dominante era a principal maneira de diluir a contracultura no Brasil. O jornalista Luiz Carlos Maciel, autor da coluna “Underground” publicada no Pasquim, considerada por muitos autores o principal espaço do jornal na disseminação da contracultura, também enfatizava as nuances do movimento em textos fora da coluna. Um exemplo está na edição de número 29 do Pasquim, de janeiro de 1970, no artigo “Você está na sua?”. O texto, que tinha o subtítulo “Um manifesto hippie”, inicia chamando atenção dos leitores para a “nova cultura”: “Seguinte: o futuro já começou. Não se pode julgá-lo com as leis do passado. A nova cultura é o começo da nova civilização. E a nova sensibilidade é o começo da nova cultura. Sua continuação é a nova lógica. Não: as leis do passado não servem” (MACIEL, *apud* JAGUAR, 2006, p.76).

Na oportunidade, Maciel descreve o controle e a resistência da “velha Razão”, composta por normas e paradoxos da cultura conservadora presentes no âmbito familiar e, por sua vez, inerentes à educação e na formação dos indivíduos. O texto sugere o controle do sistema, através de “normas invioláveis” e de um adestramento moral e ético que seria o mecanismo cuja contracultura buscava libertação e, com ela, a transformação cultural de acordo com as necessidades contemporâneas:

A velha Razão é a mãe de todos nós. Ela nos amamentou com seu leite forte e gorduroso; educou-nos para que crescêssemos à sua imagem e semelhança; adestrou-nos em seus truques, obedientes às suas Normas Invioláveis. As proteínas de seu leite explodiram em bolhas neuróticas sobre a pele na alma; a educação resultou em asfixia de nosso instinto criador e a obediência em mutilação do próprio sexo. Mas a fase edipiana passou. Nada temos mais a aprender dos conselhos maternos. Já nos disseram o que sabiam ou podiam. Naturalmente, a liberdade não é fácil: a velha Razão, gordota e bochechuda como a supermãe do Ziraldo, insiste em manter a rédea curta, afrouxando a tensão apenas para iludir o filho incauto com a ingênua e inútil tentativa de compreensão, que é típica das mães fabricadas pelo sistema. (MACIEL, *apud* JAGUAR, 2006, p.76).

Um paralelo entre a juventude brasileira das décadas anteriores e a que vivenciava a ditadura no final da década de 1960, foi traçado pelo cineasta Carlos Diegues, o Caca Diegues, no artigo “Os herdeiros somos nós”, publicado em maio de 1970 no Pasquim – dois anos após os eventos de Maio de 1968, ocorridos na Europa. Era a edição de número 48 do semanário, em que Caca Diegues evidencia a busca pela liberdade, o engajamento político e algumas referências da juventude caracterizada pela contracultura, bem como a desilusão em relação à geração despreocupada com o futuro do seu país, diante de situações de desordem, além de injustiça política e social:

Minha geração teve o privilégio de viver sua juventude durante estes anos de ouro do século, os anos de liberdade desenfreada, de onipotência adolescente, de descontraída irresponsabilidade. O futuro era para amanhã de manhã e, de repente, uma guerra no Vietnã, um tiro em Dallas. As coisas foram ficando muito mais complicadas. [...] Nossa juventude foi um eufórico aprendizado e contra o sofrimento e agora, desde há algum tempo, o sentimento que tive na manhã da morte de Getúlio voltou. Talvez a história seja irremediavelmente trágica, mas dêem-me um certo tempo para me acostumar e compreender isso melhor. E me perdoem se estou triste, me perdoem a franqueza de estar um pouco triste. (DIEGUES, *apud* JAGUAR, 2006, p.120)

Em outro trecho do artigo, Diegues remete a ideia de que os princípios até então galgados pelo movimento da contracultura presente nas artes estariam se dispersando ou, ainda, perdendo força em virtude da opressão presente em meados de 1970. Clamando pelo resgate da “memória coletiva”, o cineasta apela à “razão dos sentimentos, no estômago da poesia, o momento perdido em que se partiu o elo que, dizem, nos levaria a uma harmonia universal e definitiva” (DIEGUES, *apud* JAGUAR, 2006, p.121). Observa-se, aqui, uma desilusão diante da causa perdida, ou esquecida.

Todavia, é preciso considerar que as identidades, assim como a cultura, estão em constante processo de construção, em que os indivíduos adquirem características que remetem o sentimento de pertencimento social e refletem a estruturação coletiva em

dado momento da história. Pode-se afirmar que a opressão ditatorial às mobilizações de contracultura, assim como à imprensa alternativa e aos movimentos de esquerda, foi o pé no freio que desacelerou o processo de resistência cultural e o entusiasmo juvenil pela transformação social – afinal, não houve tempo para que a sociedade preenchesse “as dimensões psíquicas do ideal revolucionário” (KUCINSKI, 2001, p.06).

Contudo, a essência do Pasquim conseguiu mobilizar a sociedade, influenciando a criação de outros jornais de contracultura no país. Luiz Carlos Maciel foi responsável pelo “Flor do Mal”, que teve cinco edições em 1970, com uma tiragem de 40 mil exemplares. Inspirado também pelo poeta Charles-Pierre Baudelaire, símbolo da literatura moderna, Maciel produziu o jornal justo quando a supressão da liberdade pelo AI-5 agia com mais autoritarismo. Flor do Mal, por sua vez, inspirou o jornal “Presença”, lançado em 1971 e reproduzido em duas edições. No mesmo ano, em Salvador, surgia “Verbo Encantado”, jornal que também valorizava as artes e o artesanato local, sob influência de Caetano Veloso e Gilberto Gil. A semente chamada Pasquim também rendeu frutos no Rio Grande do Sul. Fernando Veríssimo e Juarez Fonseca criaram o “Pato Macho”, tablóide que chegou a ser chamado de o Pasquim gaúcho, alcançando 15 edições em 1971(KUCINSKI, 2001, p.52).

Considerações finais

Retomar a década de 1960 é encontrar um período pulsante, onde história e política se encontram na construção da realidade social. Foi um período em que tensão e coragem andaram unidas no Brasil, provocando um anseio por transformações sociais que assolava diversas partes do mundo. Mesmo quem não tenha vivenciado de perto o autoritarismo da ditadura militar, pode contemplar o assunto com certa nostalgia. Afinal, muito já foi dito nos livros de história. Mas, quando estudamos a história da imprensa no país, esse tema surge com mais veemência, conduzido pelas ações da censura prévia e do AI-5. Embora aqui não se tenha como proposta debater os desdobramentos da ditadura militar, contempla-se uma corrente jornalística culminada nesse que foi um dos momentos mais conflitantes vivenciado pela sociedade brasileira no século XX.

Este artigo observou, sobretudo, o papel fundamental da contracultura enquanto símbolo de liberdade social, individual e política. O apelo por liberdade, quase um grito

abafado diante da opressão, começou na luta operária da Revolução Francesa, ganhando a consciência de uma juventude acuada pelos valores da família e da sociedade. Do início do século XVIII ao final da década de 1960, a sociedade na Europa e no mundo mudou, mas ainda não era o bastante. Era preciso justiça, respeito e, sobretudo, igualdade. O desejo por uma nova revolução ganhou as ruas, rompendo barreiras continentais e, quem diria, aportando neste ponto do Atlântico. A realidade da sociedade brasileira era peculiar, mas a luta por liberdade – e por novos valores – ganhava o mundo e era galgada pelo mesmo movimento: a contracultura.

Além destas nuances de caráter existencial, o período ditatorial no Brasil também suscitou novas formas de levar informação à população. A imprensa alternativa, caracterizada como mecanismo de resistência social e política, foi porta-voz das ideologias contraculturais no país. O gênero evoluiu e seus periódicos competiram de igual com veículos conceituados. A adesão ganhou o gosto da população e atraiu, inclusive, jornalistas da grande imprensa. Mas, principalmente, essa imprensa conduziu a sociedade a reflexões sobre o contexto social e político, criticando com coragem e de maneira audaciosa o regime militar, debatendo as principais problemáticas pelas quais o Brasil passava.

Ao analisar a trajetória do jornal alternativo O Pasquim, identificou-se a manifestação do movimento de contracultura no Brasil. Na medida em que a análise avançou, apareceram aspectos da ascensão e do declínio das propostas libertárias visadas pela resistência à cultura vigente no período ditatorial. Textos contestatórios, reflexivos, compostos pela confiança perante a nova causa, foram substituídos por críticas à alienação daqueles que, até bem pouco tempo, clamavam pela transformação. A esperança deu lugar à complacência da derrota, afinal, a ditadura militar avançava e ganhava mais força na medida em que o AI-5 se solidificava.

Todavia, conclui-se que o período de opressão ditatorial não apenas coibiu a sociedade, pois promoveu de forma involuntária a consciência de igualdade cidadã de cada indivíduo. E esta consciência – também atribuída à contracultura e mediada pela imprensa alternativa nas décadas de 1960 e 1970 – mantém a luta por direitos e deveres no Brasil e no mundo até os dias de hoje. Mas, ainda há muito a ser dito. Afinal, a ditadura pela qual o Brasil passou entre 1964 e 1985 deixou lacunas que ainda precisam ser preenchidas e, sobretudo, justificadas.

Referências

BARBOSA, J. S. **Contracultura, mídias e tropicalismo**. Uberlândia: Fato&Versões, v. 3 n. 6.

BRAGA, J. L. **O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991.

CAPARELLI, S. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo: Summus, 1986.

CAPELLARI, M. A. **O discurso da contracultura no Brasil: o underground através de Luiz Carlos Maciel**. São Paulo: 2007.

CHINEM, R. **Imprensa alternativa: Jornalismo de oposição e inovação**. São Paulo: Ática, 1995.

DENIPOTI, C. BERBERI, E. **História cultural - Teoria e historiografia**. In:_____. DENIPOTI, Cláudio (org). História, cultura e arte: livro I. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD: 2009. Disciplina 1, 7-17.

JAGUAR. **O melhor do Pasquim: Textos, entrevistas, artigos, ilustrações e charges dos 150 primeiros números de O Pasquim**. Rio de Janeiro: Desiderata, 2006.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta Editorial, 2001.

OLIVEIRA, J. **Do underground brotam flores do mal: Anarquismo e contracultura na imprensa alternativa brasileira (1969-1992)**. Niterói: 2007.

PEREIRA, C. A. M. **O que é Contracultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SILVA, E. A.; SANTOS, F. L.; SILVA, J. A. **Cultura e identidades**. In:_____. DENIPOTI, Cláudio (org). História, arte e cultura: livro I. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2009.